

O NONSENSE DE LEWIS CARROLL

John Lennon Lindemann¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma noção de *nonsense* própria às obras de Lewis Carroll e elaborada com base em seu próprio arcabouço teórico, seguida de uma análise das relações entre as noções de *nonsense* de Lewis Carroll e Wittgenstein, concluindo que ambos tiveram atitudes análogas em relação ao *nonsense*, usando-o como um meio para induzir ideias instrutivas nos seus leitores.

Palavras-chave: Nonsense. Lewis Carroll. Wittgenstein. Lógica silogística.

ABSTRACT

The present work presents a notion of nonsense specific to Lewis Carroll's work and elaborated with base on his own theoretical framework, followed by an analysis of the relations between Carroll's and Wittgenstein's notions of nonsense, concluding that both had similar attitudes towards nonsense, using it as a tool to induce instructive ideas to their readers.

Keywords: Nonsense. Lewis Carroll. Wittgenstein. Syllogistic logic.

Introdução

Lewis Carroll, pseudônimo de Charles Lutwidge Dodgson (1832-1898), é afamado por seus livros *nonsense*, “clássicos da literatura inglesa” (GARDNER, 2002b, p. xvii). Além de escritor, Charles Dodgson foi professor de matemática no Christ College, em Oxford, e ele também é reconhecido, mediante seu pseudônimo, por suas contribuições ao desenvolvimento da lógica, especialmente por seu método diagramático de resolução de silogismos apto ao tratamento de termos negativos (ABELES, 2007). Cabe ressaltar que o *nonsense* carrolliano não tem o seu *locus* restrito às suas obras literárias, mas também ocorre em exemplos nos seus trabalhos sobre lógica.

¹ Mestre em Filosofia, doutorando em Filosofia pela UFSM. Bolsista Capes. E-mail: johnlindemann@hotmail.com. ORCID: [0000-0001-8613-2132](https://orcid.org/0000-0001-8613-2132).

A noção de *nonsense* já recebeu tratamento de muitos filósofos ilustres (HUSSERL, 1900; DELEUZE, 1974), entre os quais Ludwig Wittgenstein (1889-1951) se destaca pela influência que sua abordagem exerceu na história da filosofia. Wittgenstein define enunciados *nonsense* como destituídos de valor veritativo: “[...] uma combinação de palavras é nonsense quando não pode ser entendida, porque nenhum sentido é ou pode (exceto trivialmente) ser reconhecido” (PITCHER, 1965, p. 591, tradução nossa).

O presente trabalho defende uma noção de *nonsense* própria às obras de Carroll e oriunda do arcabouço teórico de seus trabalhos acadêmicos, seguida da análise das relações que tal noção mantém com a noção de *nonsense* wittgensteiniana.

Já há trabalhos anteriores dedicados ao estabelecimento de uma noção de *nonsense* própria às obras de Carroll (MONTOITO, 2019; DELEUZE, 1974), mas ainda não há uma apresentação com base nas posições teóricas sobre lógica do próprio autor, o que é relevante devido às suas contribuições para o desenvolvimento da lógica.

Por sua vez, o trabalho mais importante sobre a relação entre o *nonsense* de Carroll e Wittgenstein se chama *Wittgenstein, Nonsense, and Lewis Carroll*, de Pitcher (1965) – defendendo que as atitudes de Carroll e Wittgenstein em relação ao *nonsense* são radicalmente distintas (PITCHER, 1965, p. 611), tese que será atacada no presente trabalho.

Guiado por tais objetivos, o presente trabalho se divide em três seções. A primeira seção apresenta uma noção de *nonsense* própria às obras de Carroll e elaborada com base nas posições teóricas em lógica do autor, a segunda seção apresenta a noção de *nonsense* wittgensteiniana que será utilizada na terceira seção, onde se apresenta uma análise das relações entre as noções de *nonsense* de Carroll e Wittgenstein e se conclui que os dois autores têm atitudes análogas em relação ao *nonsense*, usando-o como um meio de induzir instrução nos seus leitores.

1. O *Nonsense* Carrolliano

O *nonsense* de Lewis Carroll é comumente categorizado como a expressão mais relevante de um gênero literário inaugurado por Edward Lear (1812-1888), seu contemporâneo, mas que pode ser associado com muitos autores até os dias de hoje. Em casos mais restritos, como em Reichert (1974), Carroll e Lear são considerados os únicos autores associados ao gênero, que terminou com a morte de Carroll: “Reichert identifica um traço comum ao nonsense e ao *Zeitgeist* vitoriano, que seria a base da estreita relação entre esse fenômeno e o período em que ele se deu” (ÁVILA, 1996, p. 20).

Independente da relação que o *nonsense* carrolliano possa manter com as obras de Lear e dos demais autores associados a esse gênero literário, a definição de uma noção de *nonsense* específica às obras de Carroll também foi objeto de muitos trabalhos, com destaque para Montoito (2019), que, em congruência com considerações de Deleuze (1974), defende uma noção segundo a qual o *nonsense* carrolliano não é avesso ao sentido, mas nasce justamente do exercício da produção de novos sentidos – possível graças aos seus criativos universos de ficção (MONTITO, 2019, p. 37).

Assumindo a tese de Deleuze-Montoito como pano de fundo, a presente seção dedica-se à análise do *nonsense* de Carroll, sendo pautada pela perspectiva do próprio autor, apresentando o contexto histórico de sua constituição e examinando os pormenores de suas características por meio do arcabouço teórico de seus trabalhos acadêmicos.

1.1. A *Constituição Histórica do Nonsense Carrolliano*

O *nonsense* literário nasce na Era Vitoriana, com a publicação de *A Book of Nonsense*, de Lear (1846), mas é graças a Carroll que ele se torna um fenômeno mundial. Inclusive o poema “Pargarávio”², que aparece em *Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá* (CARROLL, 2002, p. 143-144), é considerado como o exemplo de literatura *nonsense* por excelência (MALCOLM, 1997, p. 14).

² Do original “Jabberwocky” (CARROLL, 1872, p. 21-22), mais conhecido no Brasil como “Jaguadarte” devido à célebre tradução de Augusto de Campos (CARROLL, 2014).

Tal gênese não pode ser compreendida fora do contexto histórico do qual emergiu. Segundo Gardner (2002a, p. vii):

No caso de Alice, estamos lidando com uma espécie de nonsense muito curioso, complicado, escrito para leitores britânicos de um outro século, e precisamos conhecer um grande número de coisas que não fazem parte do texto se quisermos apreender todo o seu espírito e sabor. É até mais grave que isso, porque algumas piadas de Carroll só podiam ser compreendidas por quem residia em Oxford, [...].

Apesar do rigor moral e das hierarquias sociais fortemente estabelecidas, características representadas inclusive na própria Rainha Vitória (1819-1901), a Era Vitoriana também foi um período de muitas transformações e invenções, por exemplo, a invenção da fotografia, arte da qual Carroll foi um entusiasta, inclusive “chegou a ser reconhecido como o melhor fotógrafo de crianças do século XIX” (COHEN, 1998, p. 16).

Sobre os hábitos culturais do período, segundo Ávila (1996, p. 20):

A cultura do lazer [...] é marcada pela crescente popularidade dos jogos com palavras, charadas e palavras-cruzadas, em que as palavras se relacionam umas com as outras por critérios que não levam em conta seu significado. É notável, também, a multiplicação dos museus (nos quais os objetos mais diversos são colocados lado a lado sob o rótulo comum de “peça de exposição”), e dos dicionários nos quais a ordem alfabética tem prioridade sobre as relações semânticas [...].

Carroll também foi um entusiasta na criação de jogos e os “jogos de palavras sempre foram seus favoritos [...]” (SHAWYER, 1953, p. xxv), com destaque para a criação do jogo de palavras chamado “Doublets”³ (DODGSON, 1880), cujo objetivo é transformar uma palavra em outra seguindo regras que permitem alterar as letras. Ele também criou inúmeros enigmas e desafios lógicos, muitos dos quais foram compilados por Abeles em *The Pamphlets of Lewis Carroll* (CARROLL, 2010).

Em relação à história do desenvolvimento da lógica, a Era Vitoriana também é o marco de um período especial. Superando o legado de Aristóte-

³ Miller (2000) e Mortari (2001, p. 233-234) apresentam o jogo Doublets como ferramenta didática para o ensino de Dedução Natural: “Uma maneira de diminuir a dor da iniciação [de manipulações formais] é começar com jogos de palavras, dos quais o Doublets de Lewis Carroll é um exemplo familiar” (MILLER, 2000, p. 1, tradução nossa).

les, George Boole inaugura uma nova era da lógica ao apresentar formas de raciocínio válido não limitadas às formas da silogística aristotélica. Segundo Quine (1996, p. 15):

[...], a lógica sofreu tal evolução que pode ser considerada uma ciência nova. Essa evolução é considerada como tendo seu início nas pesquisas ainda rudimentares do matemático George Boole, em meados do século passado [XIX].

Tal período, no qual as obras lógicas de Carroll e de seus pares se situa, é conhecido como o período da álgebra da lógica, que começa com as inovações de Boole e se estende até a popularização do cálculo de predicados criado por Frege (1879), que “constitui desde então a base da lógica moderna” (KENNY, 1999, p. 438).

Diante de tantas invenções e da miscelânea de novidades que não se limita aos objetos materiais, mas se estende às novas formas de raciocinar e de se relacionar com a linguagem, nasce o *nonsense* carrolliano: uma resposta às novas possibilidades do mundo, um fruto direto das novas formas de raciocinar e das novas maneiras de usar e subverter a linguagem.

Deve-se deixar claro, como adverte Montoito (2019, p. 37), que o *nonsense* carrolliano não se confunde com o uso ordinário do termo, que se refere ao absurdo e à inconsistência lógica, mas faz uma apologia à lógica e desbrava os seus distintos usos. Embora o País das Maravilhas não seja submisso à nossa realidade, ele se curva diante das relações lógicas que seus elementos mantêm entre si, de tal modo que o *nonsense* não é avesso ao sentido, mas nasce justamente da formação de um novo sentido sob outro sistema referencial.

Um exemplo pode ser encontrado na constante interação de Alice com objetos que modificam o seu tamanho (CARROLL, 2002, p. 18):

Pouco depois deu com os olhos numa caixinha de vidro debaixo da mesa: abriu-a, e encontrou um bolo muito pequeno, com as palavras “COMA-ME” lindamente escritas com passas sobre ele. “Bem, vou comê-lo”, disse Alice; “se me fizer crescer, posso alcançar a chave; se me fizer diminuir, posso me esgueirar por baixo da porta; assim, de uma maneira ou de outra vou conseguir chegar ao jardim; para mim tanto faz!”

Na sequência dos eventos, o bolo faz com que Alice espiche ao terminar de comê-lo, efeito antecipado por ela, mostrando como já estava se habituando aos objetos do universo *nonsense*, interagindo com eles supondo seus próprios atributos. O raciocínio de Alice pode ser formalizado utilizando a linguagem do Cálculo Proposicional Clássico tal como se segue, onde “P” representa “Alice come o bolo”, “Q” representa “Alice aumenta de tamanho”, “R” representa “Alice diminuí de tamanho”, “S” representa “Alice alcança a chave da porta”, “T” representa “Alice se esgueira por baixo da porta” e “U” representa “Alice chega ao jardim”:

$$(P \rightarrow (Q \vee R)), (Q \rightarrow S), (R \rightarrow T), ((T \vee S) \rightarrow U) \therefore (P \rightarrow U)^4$$

O argumento acima é tautologicamente válido, demonstrando o rigor lógico presente no raciocínio de Alice mesmo quando aplicado às suas interações absurdas com objetos do universo *nonsense*.

É justamente a partir da possibilidade de novos sentidos, respectivos a outros sistemas referenciais, que somos apresentados às situações mais engraçadas da literatura *nonsense* carrolliana: seja fruto da ambiguidade de um termo, como a intenção do Camundongo de secar a todos com uma conversa seca (CARROLL, 2002, p. 27-28)⁵, da transformação do sentido dos termos, como o faz Humpty Dumpty ao atribuir às palavras o significado arbitrário que deseja (CARROLL, 2002, p. 199-211)⁶ ou dos muitos neologismos criados por Carroll.

Entre uma vasta gama de neologismos, cito “sillygism”, uma variante do termo “silogismo” criada por Carroll (2005, p. 148) e traduzida por Montoito (2019, p. 27) como “tontogismo”, com a ressalva de que o termo “tonto” não é usado como pejorativo, mas com humor, em uma roupagem carinhosa.

⁴ Essa análise lógica foi comunicada a mim pelo Prof. Dr. Frank Thomas Sautter.

⁵ Alice (que havia encolhido) acompanhava um grupo de pequenas aves e animais, todos estavam molhados pois haviam acabado de sair do lago salgado criado pelas lágrimas derramadas por Alice (quando estava grande). Infelizmente, o plano do Camundongo fracassou e sua conversa seca não os secou (CARROLL, 2002, p. 23-28).

⁶ Segundo Gardner (2002c, p. 205), Carroll estava ciente da riqueza da tese semântica de Humpty Dumpty: “Humpty adota o ponto de vista conhecido na Idade Média como nominalismo; a ideia de que termos universais não se referem a existências objetivas, nada mais sendo que flatus vocis, emissões verbais”.

Montoito se apropria do termo “tontogismo” como uma categorização para pensar a lógica presente nas obras de Carroll⁷, em suas palavras:

[...], percebo no tontogismo uma manipulação intencional e criativa da lógica formal que, apoiada nos usos – desusos e abusos – da linguagem, comunica ideias lógicas. (MONTITO, 2019, p. 27)

O tontogismo é um buraco de fechadura através do qual, estando no mundo real, espia-se a lógica de um universo fantasioso em que tudo pode mudar ou deixar de funcionar, menos a própria lógica; ou, estando no mundo imaginário, se espia o mundo real para entendê-lo através de outro sistema de referências. (MONTITO, 2019, p. 28)

O termo “tontogismo” é utilizado por Montoito para caracterizar a lógica nas obras de Carroll em um sentido amplo, não restrito às suas publicações literárias. Embora Charles Lutwidge Dodgson tenha criado o seu pseudônimo “baseado na inversão latinizada de seus dois primeiros nomes” (COHEN, 1998, p. 99) especificamente para suas obras literárias, de tal modo que não fossem relacionadas às suas publicações de caráter acadêmico, Montoito defende que não há tal ruptura, mas apenas um descompasso proposital, “ora mantendo-se mais formal, ora dando mais vazão ao nonsense, sem jamais impor que um estilo anule o outro” (2019, p. 54).

Observando as publicações acadêmicas e literárias de Carroll como partes de um mesmo corpo, percebe-se a clara ocorrência de seu estilo *nonsense* em seus trabalhos sobre lógica e filosofia da lógica, sendo amplamente utilizado nos exemplos de seus manuais de lógica – estratégia com grande apelo didático, mas também ocorrendo no importante artigo *What the Tortoise Said to Achilles* (CARROLL, 1895), que problematiza os fundamentos da lógica.

Por exemplo, as premissas de “O Problema dos Porcos e Balões”⁸, um exemplo de sorites⁹ presente em *Symbolic Logic*, obra fruto de seus estudos

⁷ Montoito (2019) usa a expressão “lógica do nonsense” para designar a lógica presente nas obras de Carroll. A expressão foi utilizada originalmente em sua dissertação de mestrado (2007). O termo “lógica” ocorre de modo não técnico na expressão, não designando uma nova classe de lógica, mas o modo pelo qual Carroll apresenta a lógica clássica em seus trabalhos.

⁸ “O Problema dos Porcos e Balões” é examinado em Lindemann (2020).

⁹ *Lato sensu*, sorites é um encadeamento de silogismos.

mais maduros e na qual encontramos as suas maiores contribuições no desenvolvimento da lógica (CARROLL, 1986, p. 378-380, tradução nossa):

1. Todos, que nem dançam na corda bamba nem comem brioques, são velhos.
2. Os porcos, suscetíveis à vertigem, são tratados com respeito.
3. Um balonista sensato leva um guarda-chuva com ele.
4. Ninguém, que deve almoçar em público, parece ridículo e come brioques.
5. As criaturas jovens, que sobem em balões, estão sujeitas à vertigem.
6. Criaturas gordas, que parecem ridículas, podem almoçar em público, desde que elas não dançam na corda bamba.
7. Nenhuma criatura sábia dança na corda bamba, se for suscetível à vertigem.
8. Um porco parece ridículo, carregando um guarda-chuva.
9. Todos, que não dançam na corda bamba, e que são tratados com respeito, são gordos.

Dada as nove premissas acima, Carroll (1986, p. 378-380) demonstra a validade da conclusão “Nenhum porco sábio e jovem é balonista” por meio do seu método de sublinhar (CARROLL, 1986, p. 138-139), um método de raciocínio linear em que cada proposição é traduzida para uma fórmula na qual os termos em língua natural e a relação lógica que mantém entre si são representadas de maneira simbólica e, partindo de qualquer par de fórmulas, uma terceira fórmula é deduzida segundo certas regras de inferência, repetindo o procedimento até que se obtenha a fórmula que representa a conclusão almejada.

O método de sublinhar exemplifica como o trabalho de Carroll estava em sincronia com os principais desenvolvimentos lógicos de sua época. Segundo Valencia (2004, p. 389), a principal característica do período da álgebra da lógica consiste em traduzir um dado conteúdo para análise lógica em uma forma simbólica, aplicar técnicas para a sua resolução e traduzir o resultado de volta para a linguagem original, tal como no método carrolliano.

Em todos os exemplos *nonsense* nos trabalhos lógicos de Carroll, independente do quão incomum seja o conteúdo expresso por suas premissas, tal como no exemplo supracitado, assumir que sejam verdadeiras em um sistema de referências alternativo implica assumir a verdade da conclusão em tal sistema, desde que seja uma conclusão válida – obtida com rigor lógico.

Segue-se que não há distinção entre o *nonsense* literário e o *nonsense* encontrado em suas obras lógicas, ambos emergem da formação de um sistema de referências alternativo, no qual todas as coisas podem ser diferentes, exceto o rigor às relações lógicas que elas mantêm entre si. Assim, cada exemplo *nonsense* nas obras lógicas de Carroll apresenta um micro universo *nonsense*, completamente análogo aos extraordinários universos *nonsense* de suas obras literárias.

1.2. A Constituição Lógica do Nonsense Carrolliano

Se não há nenhuma diferença de espécie entre o *nonsense* literário e o *nonsense* em suas obras lógicas, então as posições teóricas de Carroll sobre lógica podem fornecer elementos que contribuam para o exame de seu *nonsense* em sentido amplo.

1.2.1 A lógica associada ao nonsense

A contribuição teórica mais popular de Carroll foi o seu método diagramático apto à resolução de silogismos com termos negativos¹⁰. O método foi apresentado originalmente em *The Game of Logic*, publicado em 1886, recebendo uma exposição mais detalhada em *Symbolic Logic* (CARROLL, 1986).

A teoria silogística carrolliana subjacente ao seu método diagramático é uma extensão conservativa da silogística aristotélica (LINDEMANN, 2017, p. 109-111), ou seja, a silogística aristotélica é uma subteoria da silogística carrolliana, mas a silogística carrolliana não prova nenhum novo teorema se limitada à linguagem da silogística aristotélica, isto é, sem o uso de termos negativos.

Carroll caracteriza os termos de um ponto de vista extensional, introduzindo termos negativos com o uso da noção de universo do discurso, limi-

¹⁰ John Neville Keynes também apresenta um tratamento diagramático para termos negativos em *Studies and Exercises in Formal Logic* (1906). Embora a obra de Keynes tenha sido publicada originalmente em 1884, dois anos antes de Carroll apresentar o seu tratamento para termos negativos (1886), o método diagramático keynesiano para termos negativos só foi introduzido na quarta edição de sua obra, em 1906, vinte anos depois da inovação carrolliana.

tando a interpretação de um termo negativo ao complemento da extensão de seu respectivo termo positivo até os limites impostos pelo universo do discurso. Os termos positivo e negativo que juntos esgotam a extensão do universo do discurso são chamados de termos codivisionais (CARROLL, 1986, p. 62).

Por exemplo, supondo “Animais” como universo do discurso, o termo negativo “não-humano” denota apenas coisas que são animais e não são humanas, como coelhos e vacas. Sem o limite semântico imposto pelo universo do discurso, a interpretação do termo “não-humano” seria indefinida, pois pedras e softwares também seriam instâncias de “não-humano”, problema que já havia sido diagnosticado por Aristóteles (1985, p. 141).

A noção de universo do discurso era nova no período de Carroll, recentemente introduzida por George Boole na obra *An Investigation of The Laws of Thought* (1854, p. 42, tradução nossa):

Em todo discurso, seja da mente conversando com seus próprios pensamentos ou do indivíduo se relacionando com os outros, existe um limite assumido ou expresso dentro do qual os sujeitos de tal operação são confinados. [...], qualquer que seja a extensão do campo em que todos os objetos de nosso discurso são encontrados, esse campo pode ser adequadamente denominado de universo do discurso.

Em sua silogística, Carroll (1986, p. 107) define Universo do Discurso¹¹ como o Gênero ao qual os seis termos de um silogismo são Espécies, isto é, os três pares de termos codivisionais são, necessariamente, Espécies de um mesmo Gênero –que determina os limites do Universo do Discurso de cada silogismo.

Em linhas gerais, um Gênero é compreendido como uma Classe de Coisas com um certo Adjunto¹² específico, enquanto cada Espécie é uma subclasse de tal Gênero, cujos membros, além de possuírem o Adjunto que os caracteriza como membros do Gênero, também possuem (positivos) ou não possuem (negativos) algum outro Adjunto – que os distingue enquanto Espé-

¹¹ Carroll (1986) indica termos técnicos com inicial maiúscula. A mesma tipografia será mantida para os seus termos neste trabalho.

¹² Relativo às ocorrências de “Atributo” e “Conjunto de Atributos” em *The Game of Logic* (CARROLL, 1886), o termo “Adjunto” é introduzido apenas em *Symbolic Logic*: “Qualquer Atributo, ou qualquer Conjunto de Atributos, pode ser chamado de Adjunto” (CARROLL, 1986, p. 58, tradução nossa).

cie. *Stricto sensu*, todo termo é composto por um Nome que representa uma subclasse de membros do Universo do Discurso que possuem ou não algum Adjunto específico que os distingue de todos os outros membros do Universo do Discurso subjacente ao silogismo no qual ocorre (CARROLL, 1986, p. 59-65).

Entender as relações que tal abordagem mantém com a noção de *non-sense* carrolliana exige uma apresentação paulatina de outras posições teóricas do autor, a fim de que seus pormenores sejam examinados.

Carroll abre a exposição de suas duas principais obras lógicas por meio das mesmas considerações ontológicas, determinando o domínio de aplicação da sua teoria silogística: “O Universo contém Coisas” e “Coisas têm Atributos” (1986, p. 59, tradução nossa)¹³.

Trata-se de uma ontologia hierarquicamente organizada, estabelecendo a categoria “Atributo” sob um vínculo de dependência da categoria “Coisas”, sua categoria ontológica primária e fundamental. Nas palavras de Carroll (1886, p. 2, tradução nossa):

As pessoas têm feito a pergunta “Uma Coisa pode existir sem que quaisquer Atributos lhe pertençam?” Essa questão é um grande enigma, e não vou tentar respondê-la: arrebitemos nossos narizes, e a tratemos com um insolente silêncio, como se ela não fosse digna de consideração. Mas, se colocando de outro modo, perguntarem “Um Atributo pode existir sem qualquer Coisa à qual pertença?”, podemos responder imediatamente: “Não: Não mais do que um bebê pode viajar de trem sem que ninguém cuide dele!” Você nunca viu “bonito” flutuando no ar, ou espalhado no chão, sem que alguma Coisa fosse bonita, ou você viu?

Acerca da primeira questão, a qual Carroll suspende o juízo, muitos filósofos respondem negativamente, assumindo que alguns atributos são essenciais à existência de seus portadores. Loux (1998, p. 120) apresenta um exemplo que explica tal posição:

Sócrates é também um sujeito do tipo ser humano. É Sócrates, e não algum constituinte seu, que é a coisa que é humana. Mas o tipo ser humano é o que caracteriza Sócrates como o que ele é, de tal

¹³ “O mundo contém muitas Coisas” em *The Game of Logic* (CARROLL, 1886, p. 2, tradução nossa).

maneira que neste caso nosso sujeito não é algo com uma identidade independente do universal do qual ele é sujeito. Extraído-se de Sócrates o ser homem não sobra nada que possa ser sujeito de algo.

Sobre a segunda questão, é fato que Carroll foi um grande admirador de Aristóteles, inclusive dedicando *Symbolic Logic* (1986) à sua memória, e sua posição ao defender a impossibilidade de que um Atributo exista sem qualquer Coisa a qual pertença sugere que tal admiração talvez não seja limitada à lógica: embora não explicita sua adesão ao aristotelismo em metafísica, demonstra clara aversão ao platonismo¹⁴.

A fim de comparação, as considerações ontológicas subjacentes à silogística aristotélica podem ser apresentadas com o quadrado ontológico (ANGELELLI, 1967, p. 12-13), obtido por meio de duas dicotomias: dividindo os entes quanto ao ser dito (universal) e não ser dito (particular) de um sujeito, assim como quanto ao estar (acidente) e não estar (substância) em um sujeito.

Tabela 1 – Quadrado ontológico

	<i>Está em um sujeito</i>	<i>Não está em um sujeito</i>
<i>Dito de um sujeito</i>	Substância universal Ex.: homem (REGIÃO 1)	Acidente universal Ex.: barba (REGIÃO 2)
<i>Não dito de um sujeito</i>	Substância particular Ex.: Platão (REGIÃO 3)	Acidente particular Ex.: barba de Platão (REGIÃO 4)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Se comparado à silogística aristotélica, sob os parâmetros do quadrado ontológico, as considerações ontológicas de Carroll consideram apenas a dicotomia entre o estar e não estar em um sujeito, onde “Coisa” corresponde a “substância” e “Adjunto” corresponde a “acidente”, mas, diferente de Aristó-

¹⁴ Segundo Balaguer (2016, p. 1), compreende-se por “platonismo” a visão segundo a qual existem objetos abstratos, isto é, existem objetos inteiramente não físicos e não mentais. Ou seja, sob um léxico carrolliano e conforme a concepção platônica, o Atributo “Beleza” pode existir mesmo sem que alguma Coisa seja bonita.

teles, Carroll admite o uso de termos singulares, de tal modo que Coisas podem ocupar a Região 1 e 3 do quadrado.

Carroll também caracteriza os Adjuntos como o “que é 'dito pertencer a' uma coisa” em *The Game of Logic* (1886, p. 2, tradução nossa), reconhecendo a outra dicotomia e especificando que Adjuntos correspondem apenas à Região 2 do quadrado ontológico.

Corroborando com tal interpretação, Lindemann (2017, p. 47-48) analisa todos os exemplos apresentados por Carroll em *The Game of Logic* (1886) e *Symbolic Logic* (1986), constatando que são associáveis apenas às regiões 1, 2 e 3 do quadrado ontológico de Aristóteles.

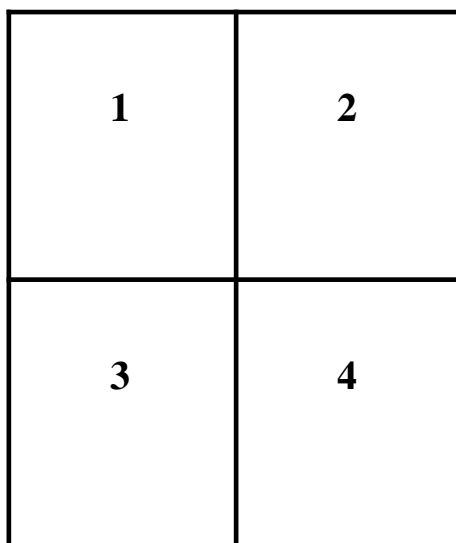
Após apresentar suas considerações ontológicas, Carroll introduz a Classificação, o processo pelo qual Coisas são agrupadas a partir de seus Atributos para a formação de Classes (CARROLL, 1986, p. 60-61). Tal processo é muito similar à “Árvore de Porfírio”, estrutura lógica que apresenta a teoria aristotélica da subordinação de conceitos (PORFÍRIO, 2002).

O processo de Classificação começa supondo a Classe “Coisas”¹⁵, que contém todas as coisas do Universo. Em um processo dicotômico, duas novas Classes são formadas a partir da determinação de um Adjunto, dividindo a Classe “Coisas” em duas subclasses, a saber, a Classe cujos membros possuem tal adjunto e a Classe cujos membros não o possuem. Qualquer Classe formada a partir da Classe “Coisas” serve como Gênero para a formação de Classes-Espécie a partir do mesmo processo dicotômico.

A relação entre os membros de quatro ou mais Classes que são Espécies de um mesmo Gênero é apresentada de maneira mais clara por meio de sua representação diagramática:

¹⁵ A Classe “Coisas” é análoga ao conceito de “Substância” da Árvore de Porfírio.

Figura 1 – Diagrama Biliteral¹⁶



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Carroll (1986, p. 79).

Supondo a Classe “Bolos” como Gênero, as linhas do quadrado externo do diagrama acima limitam sua extensão, isto é, todas as coisas que são bolos estão dentro dos limites de tal figura. As Classes “Frescos” e “Não-frescos” são Espécies da Classe “Bolos”, cuja divisão dicotômica é representada pela linha horizontal no meio do diagrama, de tal modo que todos os bolos frescos ocupam as células 1 e 2 e todos os não-frescos ocupam as células 3 e 4. As Classes “Bons” e “Não-bons” também são Espécies da Classe “Bolos”, com a divisão dicotômica representada pela linha vertical no meio do diagrama, de tal modo que todos os bolos bons ocupam as células 1 e 3 e todos os bolos não-bons ocupam as células 2 e 4. Segue-se que todos os bolos frescos e bons ocupam a célula 1 e que ninguém vai querer comer os bolos da célula 4.

Dada a formação de uma Classe a partir de um certo Gênero, caso existam membros da Classe-Gênero com o Adjunto determinado, servindo como instâncias da Classe-Espécie, tal Classe é chamada de Real; caso não existam membros, isto é, a Classe-Espécie é vazia, então tal Classe é chamada de Irreal ou Imaginária (CARROLL, 1986, p. 60).

A distinção entre Classes Reais e Imaginárias não é análoga à distinção entre Classes cujos membros existem no mundo real e Classes cujos

¹⁶ O diagrama biliteral foi apresentado originalmente em *The Game of Logic* (CARROLL, 1886) e recebeu uma exposição sistemática em *Symbolic Logic* (CARROLL, 1986).

membros não existem no mundo real – do contrário, o País das Maravilhas seria um local muito solitário. Assumir que uma Classe é Imaginária significa apenas a sua vacuidade, isto é, nenhum membro de sua Classe-Gênero pode instanciá-la.

Dada sua caracterização extensional de termos, aceitar que diferentes Classes possam ser Imaginárias é um erro de Carroll na medida em que sua concepção de “Classe” e “membro” é análoga à concepção de “conjunto” e “elemento” em teoria dos conjuntos¹⁷. Tal analogia é precisa na relação entre a noção carrolliana de Universo do Discurso e a noção conjuntista de conjunto universo (denotado por U), mas apresenta problemas na relação entre as noções de Classe Imaginária e conjunto vazio (denotado por \emptyset).

Dois conjuntos são diferentes apenas se um deles possui ao menos um elemento que não é elemento do outro conjunto. Um conjunto vazio não possui elementos, logo, não pode haver qualquer elemento de um conjunto vazio que não seja elemento de outro conjunto vazio, isto é, existe apenas um conjunto vazio em teoria dos conjuntos¹⁸, tal como deveria haver apenas uma Classe Imaginária sob tal analogia.

A distinção entre intenção (compreensão) e extensão de termos foi introduzida originalmente por Gottfried Leibniz (ABBAGNANO, 2007, p. 217), mas sua discussão contemporânea remonta ao célebre artigo *Sobre o Sentido e a Referência* de Gottlob Frege¹⁹ (2009). A obra de Frege só recebeu atenção internacional em 1903, graças à sua influência no trabalho de Bertrand Russell, isto é, cinco anos após a morte de Carroll e possivelmente desconhecida por ele.

Mesmo que Carroll não estivesse a par da noção contemporânea de intensão e extensão, obviamente conhecia as noções de conotação e denotação, que remontam à escolástica tardia e eram usadas em sua época sob os pa-

¹⁷ A elaboração moderna da teoria dos conjuntos é atribuída a Georg Cantor (1845-1918). Para uma apresentação introdutória, indicamos Mortari (2001, p. 42-60).

¹⁸ A existência de um único conjunto vazio é garantida pelo *Princípio de Extensionalidade*, determinando que se dois conjuntos possuem exatamente os mesmos elementos, então são o mesmo conjunto e não conjuntos diferentes (MORTARI, 2001, p. 45-46).

¹⁹ Publicado originalmente em 1892.

râmetros da definição proposta por John Stuart Mill (ABBAGNANO, 2007, p. 216). Segundo Stuart Mill (1984, p. 98-101):

Conotativo é o termo que denota um sujeito e implica um atributo. [...]. Todos os nomes concretos gerais são conotativos. A palavra homem, por exemplo, denota Pedro, João e um número indefinido de outros indivíduos dos quais, tomados como uma classe, ela é o nome. [...]. Das observações precedentes facilmente se concluirá que sempre que os nomes dados aos objetos contenham alguma informação sobre o objeto –isto é, sempre que tenham propriamente alguma significação–, esta significação reside não no que eles denotam, mas no que conotam.

Guardando semelhanças com a noção de conotação de Stuart Mill, Carroll propõe um modelo híbrido: embora caracterize os termos de um ponto de vista extensional, requisito à sua semântica de termos negativos, a existência de múltiplas Classes Imaginárias indica que tal caracterização não é feita sob os parâmetros restritos da noção contemporânea de extensão de conjuntos.

A silogística carrolliana opera sob uma caracterização extensional de termos, mas a individualização de cada Classe não é pautada por sua extensão e sim pela intensão do termo ao qual está associada, possibilitando que Classes Imaginárias coexistam na medida em que sejam associadas a termos com conotações diferentes.

1.2.2 *O nonsense associado à lógica*

Dada a apresentação das noções lógicas acima, as relações mantidas com o *nonsense* se mostram evidentes, pois o discurso de cada personagem das obras de Carroll só pode ser compreendido se sua interpretação for limitada por um Universo do Discurso respectivo à Classe “Coisas” que constitui o Universo *nonsense* que lhe é suposto, onde coisas que parecem familiares podem ter Adjuntos excêntricos.

Cada coisa que compõe nossa realidade é comumente associável apenas a um certo conjunto de Adjuntos, por mais variado que ele seja, por exemplo, um pedaço de bolo pode ser saboroso ou estar podre, ser nutritivo ou estar envenenado. Embora as coisas que compõem os Universos *nonsense* de

Carroll pareçam familiares às coisas de nossa realidade, sempre podem ter um Adjunto excêntrico aos que costumamos associar a elas, pois um pedaço de bolo, com características similares aos bolos que conhecemos, também pode alterar radicalmente a altura de quem o comer (CARROLL, 2002, p. 18-19).

Não há nenhum problema lógico em assumir que todos os porcos que sofrem de vertigem sejam tratados com respeito (CARROLL, 1986, p. 378-380), mas associar tais características insólitas aos porcos nos deixa perplexos, causando uma espécie de estranheza que só pode ser respondida com a própria aplicação de noções lógicas, não limitadas às características contingentes de nossa realidade, mas usadas com correção para desvendar as maravilhas dos Universos *nonsense* de Carroll.

Segue-se que a noção lógica de “Universo do Discurso” é central ao *nonsense* carrolliano, sendo um requisito básico de sua própria existência na medida em que não se confunde com o absurdo ou a ausência de sentido, mas emerge justamente de sentidos alternativos cuja interpretação só é possível quando limitada por um Universo do Discurso insólito, compreendido como um Gênero de Coisas de um Universo alternativo à nossa realidade, no qual as coisas podem ter Adjuntos excêntricos àqueles que possuem em nosso Universo. “Dito de outro modo, a literatura nonsense tem sentido, mas um sentido diferente” (MONTTOITO, 2019, p. 37).

Embora sempre suposta, apenas a noção de “Universo *nonsense*” do Discurso não explica todo o *nonsense* de Carroll, que também se apoia em outras noções lógico-teóricas.

É necessário que cada termo seja compreendido como um Nome que atua como signo convencional para representar uma Espécie que poderia ser representada por qualquer outro signo arbitrário. Por exemplo, Alice só consegue entender Humpty Dumpty quando ele esclarece que escolhe de modo idiossincrático os Nomes que usa para representar as Espécies de Coisas do Universo do Discurso suposto à sua fala: “Quando eu uso uma palavra’, disse Humpty Dumpty num tom bastante desdenhoso, ‘ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos” (CARROLL, 2002, p. 204).

Embora a relação entre um Nome e a Classe de Coisas que ele representa possa ser convencionalizada de modo arbitrário para cada termo, a intensão do falante ao usar um Nome determina a individualização da Classe representada, de tal modo que não há apenas uma Classe Imaginária (vazia), mas Classes Imaginárias distintas podem coexistir se representadas por Nomes usados com intensões diferentes. De fato, Classes Imaginárias não apenas existem nos Universos *nonsense* de Carroll, mas talvez possam até ser vistas:

“[...] Dê uma olhada na estrada, e diga-me se pode ver algum deles.”
“Ninguém à vista”, disse Alice,
“Só queria ter olhos como esses”, observou o Rei num tom irritado.
“Ser capaz de ver Ninguém! E à distância! Ora, o máximo que eu consigo é ver pessoas reais, com esta luz!” (CARROLL, 2002, p. 214)

Supondo “pessoas” como Universo do Discurso, o Rei se surpreende ao compreender a fala de Alice como um relato de sua percepção da Classe Imaginária “pessoas na estrada”, afirmando que só consegue ver pessoas reais, isto é, só consegue perceber a Classe “pessoas na estrada” se ela for uma Classe Real.

Dado que “estar na estrada” não é um Adjunto excêntrico aos membros da Classe “pessoas” de nosso Universo, o fragmento supracitado também demonstra que nem todo *nonsense* carrolliano surge da fórmula “coisa com Adjunto insólito”, mas pode emergir de qualquer manipulação criativa de noções lógico-teóricas.

Por exemplo, embora Carroll defenda que nenhum Adjunto pode existir sem uma coisa a qual pertença (1886, p. 2), curiosamente, a possibilidade de tal existência é o mote de um dos fragmentos mais célebres da literatura carrolliana – a efêmera existência do sorriso como um Adjunto sem o Gato de Cheshire ao qual pertence: Alice pede ao Gato de Cheshire que pare de aparecer e sumir repentinamente, pois está lhe causando vertigens.

“Está bem”, disse o Gato; e dessa vez desapareceu bem devagar, começando pela ponta da cauda e terminando com o sorriso, que persistiu algum tempo depois que o resto de si fora embora.

“Bem! Já vi muitas vezes um gato sem sorriso”, pensou Alice; “mas um sorriso sem gato! É a coisa mais curiosa que já vi na minha vida!” (CARROLL, 2002, p. 64-65)

Alice considera um sorriso sem gato como a coisa mais curiosa que já viu na vida, mesmo depois de todas as loucuras que a levaram até o final do sexto capítulo de suas aventuras no País das Maravilhas, onde tal evento ocorre, demonstrando o quanto Carroll é avesso à existência isolada de um Adjunto.

O uso da noção de termos negativos como fundamento ao *nonsense* também precisa ser citado, dado que o método diagramático para resolução de silogismos com termos negativos constitui a maior contribuição carrolliana ao desenvolvimento da teoria silogística.

“Quero dizer, o que é um presente de desaniversário?”
“Um presente dado quando não é seu aniversário, é claro.”
Alice refletiu um pouco. “Gosto mais de presentes de aniversário”, declarou finalmente.
“Não sabe do que está falando!” exclamou Humpty Dumpty. (CARROLL, 2002, p. 203-204)

Supondo o Gênero “dia comemorativo” como Universo do Discurso, o Nome “aniversário” compreende uma Espécie com o Adjunto “do nascimento de alguém”. No fragmento acima, o neologismo “desaniversário” é usado como sinônimo do termo negativo “não-aniversário”, isto é, respectivo aos dias comemorativos do não-nascimento de alguém, uma celebração insólita que levaria todos à falência se realmente fosse comemorada.

1.3 O Nonsense Como Instrumento de Popularização da Lógica

O *nonsense* é tradicionalmente categorizado como um subgênero de humor da literatura infantil, mas “Os mais importantes estudiosos do nonsense, com destaque para o alemão Klein Reichert, têm como pressuposto que o nonsense não é um subgênero de humor [...]” (ÁVILA, 1996, p. 17 e 133), inclusive o próprio status de infantil da literatura *nonsense* carrolliana é questionado por Montoito (2019, p. 53), devido à profundidade e às muitas camadas de interpretação de suas obras, e Bertrand Russell, que a considera útil para

adultos “na necessidade de instrução metafísica e saneamento lógico” (RUSSELL, 1996, p. 524, tradução nossa).

Mesmo não sendo um subgênero de humor, o *nonsense* carrolliano é repleto de situações cômicas que são fruto da relação entre dois elementos sempre presentes em suas obras: noções lógicas e um universo de fantasia insólito. A presença basilar de um universo de fantasia também gera outro equívoco: faz com que *Alice no País das Maravilhas* (CARROLL, 2002) seja apresentada como um conto de fadas. Segundo Tolkien (2017, p. 10):

A definição de conto de fadas – o que é, ou o que deveria ser – não depende, portanto, de nenhuma definição ou relato histórico de elfos ou fadas, mas sim da natureza do Reino Encantado, do próprio Reino Perigoso, e do ar que sopra nessa terra. Não tentarei defini-lo nem descrevê-lo diretamente. [...]. Por ora só direi isto: um “conto de fadas” é aquele que toca ou usa o Reino Encantado, qualquer que seja o seu propósito principal, [...].

Embora o País das Maravilhas pareça ser um reino de fantasia associável ao conceito de Reino Encantado tolkieniano, a natureza do Reino Encantado exige que ele seja apresentado como “verdadeiro”, isto é, suas “maravilhas” não podem ser explicadas por um mecanismo que as considere como uma ficção ou delírio (TOLKIEN, 2017, p. 14). Dado o enquadramento de sonho²⁰ na obra de Carroll, segue-se que ela não é um conto de fadas: “o elemento de 'sonho' não é mera trama de introdução e conclusão, mas inerente à ação e às transições” (TOLKIEN, 2017, p. 71).

O enquadramento de sonho não se limita às aventuras de Alice, “em quase todas as obras carrollianas, [os sonhos] são cenários narrativos” (MONTTOITO, 2019, p. 28), gerando outro equívoco: a associação do *nonsense* carrolliano com o surrealismo, que “tem como pilar a expressão espontânea e automática do pensamento, ditada pelo inconsciente, numa valorização dos aspectos do sonho” (MONTTOITO, 2019, p. 45).

Apesar de também valorizar o sonho, o *nonsense* de Carroll pode ser interpretado sob o seu próprio sistema de referências e é repleto de desafios lógicos cuidadosamente elaborados, evidenciando um processo criativo com-

²⁰ Alice acorda no final do livro: “Acorde, Alice querida!” disse sua irmã. [...] ‘Ah, tive um sonho tão curioso!’ disse Alice [...]” (CARROLL, 2002, p. 122).

pletamente distinto dos surrealistas. Diferente deles, Carroll usa o sonho apenas como um recurso narrativo para introduzir os universos de fantasia que possibilitam o surgimento de seu *nonsense*: “[...], o sonho, pelas (im)possibilidades que permite às personagens, é a porta que separa os universos reais e ficcionais [...]” (MONTTOITO, 2019, p. 28).

Distante do Reino Encantado dos contos de fada e da expressão do inconsciente dos surrealistas, os universos de fantasia carrollianos são um recurso narrativo para a apresentação de suas surpreendentes manipulações de noções lógico-teóricas.

Os seus cenários de fantasia estão tão relacionados às noções lógicas que compõem a trama que se passará neles que a própria noção de “universo de fantasia carrolliano” é melhor definida sob suas próprias noções lógicas, a saber, universos nos quais as Coisas podem ter Adjuntos excêntricos de tal modo que o Universo do Discurso de cada personagem só pode ser compreendido se determinado pela Classe “Coisas” que lhe é específica, sendo distinta da Classe “Coisas” associada à nossa realidade.

O “Universo *nonsense*” do Discurso é suposto não apenas ao *nonsense* literário, como também ao *nonsense* encontrado nos exemplos e exercícios dos trabalhos mais sérios de Carroll sobre lógica, mas o seu *nonsense* também emerge das mais variadas e criativas manipulações de noções lógico-teóricas, explorando as possibilidades férteis de seus universos de fantasia para, segundo Montoito (2019, p. 27), comunicar noções lógicas.

Embora Carroll seja “apontado por vários autores como um escritor que colocou em xeque a literatura pedagógica de fundo moral [...]” (GARNICA, 2014, p. 17)²¹, sua preocupação pedagógica com a comunicação de noções lógicas não pode ser ignorada.

Carroll foi um professor engajado na criação de metodologias alternativas para o ensino de lógica, como demonstra a publicação original de seu método diagramático para a resolução de silogismos (1886), apresentado como um jogo de peças, visando o seu ensino lúdico. Também foi um grande

²¹ Os livros infantis da época buscavam ensinar a moral vitoriana com ênfase às punições, o rompimento de Carroll com tal tradição pode ser percebido “claramente nos livros de Alice, nos quais a protagonista não se dobra à ordem vigente (principalmente no que diz respeito às imposições da Rainha) e não recebe punição alguma por isso” (GARNICA, 2014, p. 17-18).

crítico do sistema educacional de sua época e é considerado o principal responsável pela divulgação da lógica durante o século XIX (THE JOY OF LOGIC, 2013), não apenas por seus trabalhos acadêmicos, mas também pela capacidade de desenvolver o raciocínio lógico dos leitores de suas obras literárias.

Segunda Ávila (1996, p. 203):

A poesia nonsense tem uma especificidade que é responsável pela atração permanente que exerce sobre leitores e teóricos, desde sua criação. Sua especificidade reside em algo que deixa o leitor suspenso entre o riso e a perplexidade, entre a estranheza e a identificação, como se aquilo ao mesmo tempo lhe dissesse respeito e não dissesse respeito a coisa nenhuma.

Generalizando a tese de Ávila sobre poesia *nonsense*, segue-se que o *nonsense* de Lewis Carroll pode ser compreendido como a forma pela qual ele deixa os seus leitores “suspensos entre o riso e a perplexidade” por meio das peculiares e inovadoras manipulações de noções lógico-teóricas que apresenta graças às possibilidades oriundas de seus universos ficcionais: seja extraíndo uma conclusão válida e insólita de um silogismo cujos membros do Universo do Discurso possuem Adjuntos exóticos, fomentando o raciocínio lógico, seja apresentando propriedades de noções teóricas complexas em meio à trama de suas obras literárias graças às maravilhas de seus universos de fantasia. Em ambos os casos, o *nonsense* é usado como um meio para induzir instrução lógica nos seus leitores.

2. O Nonsense Wittgensteiniano

A análise da noção de *nonsense* já foi objeto do trabalho de muitos filósofos ilustres, como Husserl (1900), que distinguiu expressões cujo *nonsense* advém da forma (por exemplo: “ou verde amanhã então”) de expressões cujo *nonsense* advém do conteúdo (por exemplo: “a mesa é sábia”), e Deleuze, que dedicou atenção especial ao *nonsense* carrolliano em *Lógica do Sentido* (1974).

Para Deleuze (1974), apenas proposições com sentido são verdadeiras ou falsas, de modo que proposições *nonsense* não possuem valor de verdade,

mas o *nonsense* carrolliano é categorizado como um tipo especial, compreendido não como um simples fruto da ausência de sentido e sim como o resultado de um trabalho sobre as condições de possibilidade de sua produção, florescendo em um solo semelhante ao ocupado por crianças que buscam se expressar balbuciando sons sem significado: “Se Lógica do Sentido [de Deleuze] é em parte uma leitura do trabalho de Carroll, é porque ninguém conhecia as condições para a produção do sentido melhor do que Carroll” (SMITH; PROTEVI, 2018, tradução nossa).

Entre todas as abordagens filosóficas à noção de *nonsense*, sem dúvida a mais popular e influente foi feita por Wittgenstein, apresentada originalmente na obra *Tractatus Logico-Philosophicus* (2001) e rearticulada em *Investigações Filosóficas* (1975).

Examinar a noção de *nonsense* wittgensteiniana exige uma breve apresentação de seus pressupostos. O *Tractatus* (2001, p. 135-165) apresenta uma concepção segundo a qual o mundo consiste na existência de estados de coisas e toda proposição com sentido consiste na figuração lógica destes estados de coisas, isto é, tal como uma pintura realista representa uma paisagem na medida em que seus elementos gráficos seguem uma proporção e um ordenamento adequado às coisas que compõe a paisagem, toda proposição com sentido é a figuração de um estado de coisas sob “a possibilidade de que as coisas estejam uma para as outras tal como os elementos da figuração” (WITTGENSTEIN, 2001, p. 143).

Segundo Wittgenstein, a proposição “mostra seu sentido. A proposição mostra como estão as coisas se for verdadeira e diz que estão assim” (2001, p. 169). Ou seja, a proposição com sentido mostra o estado de coisas que lhe é correspondente, mas é o estado de coisas que define o valor de verdade da proposição que pretende figurá-lo: a proposição será verdadeira se for uma figuração adequada e falsa se não for.

Segue-se que toda proposição com sentido é contingente, de tal modo que tautologias e contradições são proposições sem sentido (*sinnlos*). Por exemplo, a proposição tautológica “Todo quadrado é não-redondo”, que não

mostra um estado de coisas, expressando apenas o que já é logicamente suposto aos seus elementos.

A proposição mostra o que diz; a tautologia e a contradição, que não dizem nada. A tautologia não tem condições de verdade, pois é verdadeira incondicionalmente; e a contradição, sob nenhuma condição. Tautologia e contradição não têm sentido. (WITTGENSTEIN, 2001, p. 197)

Dada a apresentação das noções de proposição com e sem sentido, segue-se a abordagem wittgensteiniana de *nonsense* (*unsinn*)²²: enunciados destituídos de valor veritativo.

Enunciados *nonsense* não são figurações de estados de coisas que balizam as suas condições de verdade, não sendo verdadeiros ou falsos devido às contingências factuais e não se caracterizando como proposições com sentido, mas também não são necessariamente verdadeiros ou necessariamente falsos em virtude da relação lógica entre seus próprios elementos, como tautologias e contradições, também não se caracterizando como proposições sem sentido.

Uma vez que todo estado de coisas passível de figuração é um fato que está “dentro” do mundo, o que está “fora” do mundo não pode ser representado pela linguagem. Os enunciados da metafísica tradicional, da ética e da estética, embora não sejam tautológicos ou contraditórios, são pretensas predicções de conceitos formais, enunciados *nonsense* que tentam capturar o mundo como um todo, sem figurarem nada “dentro” do mundo que possa balizar suas condições de verdade.

Para Wittgenstein, a filosofia “não é uma teoria”, mas uma atividade cujo fim “é o esclarecimento lógico dos pensamentos”, de tal modo que “o resultado da filosofia não são 'proposições filosóficas', mas sim tornar proposições claras” (2001, p. 177). Segue-se que a noção de *nonsense* wittgensteiniana incide sobre todos os problemas filosóficos, mostrando “que a formulação desses problemas repousa sobre o mal entendimento da lógica de nossa linguagem” (WITTGENSTEIN, 2001, p. 131).

A concepção de linguagem expressa no *Tractatus* (2001) é revista por seu autor em *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1975), afirmando

²² Luiz Henrique Lopes dos Santos (WITTGENSTEIN, 2001) traduz “unsinn” como “contrassenso”.

que não pode haver uma concepção geral de linguagem, pois ela não compõe um todo homogêneo, apresentando sua nova abordagem em analogia com a noção de jogo: futebol e xadrez são corretamente classificados como jogos – mesmo com tão pouco em comum, assim como existem diferentes jogos de linguagem que partilham entre si apenas certas semelhanças de família, tal como familiares compartilham traços genéticos comuns mesmo não havendo uma característica presente em todos os membros da família.

A tese dessa obra é que toda linguagem é uma espécie de jogo que segue determinadas regras, e todos os jogos linguísticos têm o mesmo valor. Portanto, a única regra para a interpretação de um desses jogos é, segundo Wittgenstein, o uso que dela se faz; e como a filosofia não tem outra tarefa senão a análise lógica da linguagem, o esclarecimento das expressões linguísticas em seu uso corrente é tarefa própria da filosofia. (ABBAGNANO, 2007, p. 719)

O Wittgenstein das *Investigações* (1975) abandona a posição segundo a qual todo *nonsense* pode ser reconhecido com uma análise lógica das proposições, tal como expresso no *Tractatus* (2001), dado que nem todo jogo de linguagem se submete às mesmas regras. Ainda assim, enunciados *nonsense* continuam sendo compreendidos como destituídos de valor veritativo, pois são frutos de distintos erros e confusões que os tornam inadequados aos parâmetros estabelecidos pelas regras do jogo de linguagem ao qual pertencem.

Embora não defenda um método filosófico singular para identificar o *nonsense*, Wittgenstein (1975, p. 62) propõe que a atividade filosófica pode ser realizada por diferentes métodos.

Um dos métodos que Wittgenstein apresenta nas *Investigações Filosóficas* se aproxima, justamente, daquilo que Carroll faz em seus poemas e romances. Quando a estrutura de uma proposição não nos permite perceber que se trata de um nonsense, o filósofo da linguagem, esse terapeuta das palavras, pode imaginar como seria um mundo a partir dessa proposição. Nesse caso, o caráter nonsense da proposição ficaria claro com a ficção. No campo da pura imaginação, conheceríamos as consequências absurdas de determinadas proposições [...]. Com a descrição desse mundo fictício, o filósofo terapeuta pode compará-lo, em bloco, ao mundo em que vivemos, como quem compara o sonho e a vigília. (SILVEIRA, 2010)

Embora as duas obras de Wittgenstein apresentem concepções distintas de *nonsense*, duas ideias centrais permanecem inalteradas: enunciados

nonsense não possuem valor de verdade e a tarefa do filósofo é evidenciar o *nonsense*.

3. A Relação Entre o Nonsense de Carroll e Wittgenstein

Carroll apresenta uma redefinição da noção de silogismo devido ao seu acréscimo de termos negativos à teoria silogística. Segundo Carroll, dado um trio de proposições, todo silogismo válido deve cumprir três cláusulas (1986, p. 107, tradução nossa):

- (1) Todos os seis Termos são Espécies do mesmo Gênero.
- (2) Qualquer dupla [de proposições] sempre vai conter entre si um par de Classes codivisionais.
- (3) As três Proposições estão relacionadas de tal maneira que, se as duas primeiras fossem verdadeiras, a terceira seria verdadeira.

Segundo Sautter (2015, p. 13), a primeira cláusula é ontológica, pois define que todos os termos pertencem ao mesmo Universo do Discurso; a segunda é epistemológica, pois possibilita que informações sobre a relação mantida entre dois termos seja obtida com base na relação que eles mantêm com um terceiro termo; e a terceira cláusula é exclusivamente lógica, pois determina que a terceira proposição seja o resultado de uma inferência válida das outras duas.

A terceira cláusula não exige que as proposições de um silogismo válido sejam verdadeiras, mas exige que a hipótese de suas verdades seja possível, isto é, devem ser proposições cujo valor veritativo pode ser o verdadeiro. Segue-se que o *nonsense* usado por Carroll nos exemplos de silogismo apresentados em seus trabalhos acadêmicos não é, *stricto sensu*, *nonsense* no sentido wittgensteiniano, pois é constituído de proposições com sentido, que podem ser verdadeiras.

Todos os exemplos de silogismo com apelo *nonsense* usados por Carroll em seus trabalhos acadêmicos nascem da fórmula “coisa com Adjunto insólito”, mas ela não esgota o *nonsense* de suas obras literárias, que emerge das mais distintas manipulações de noções lógicas, constituindo uma audaciosa

exploração dos limites do uso da linguagem e amostras do resultado da subversão de suas regras.

Autores vitorianos de nonsense, como Lewis Carroll, apontaram problemas que deveriam manter os filósofos da linguagem ocupados pela maior parte do século XX. Os livros de Alice despertam a consciência para as armadilhas da linguagem (escrita), armadilhas que em nossa vida cotidiana quase nunca produzem problemas, mas que estão no coração do discurso filosófico. (WAGNER, 2012, p. 215, tradução nossa)

Cabe ressaltar que Wittgenstein cita Carroll ao expressar suas considerações sobre a capacidade das palavras de designar objetos:

Quando dizemos: “cada palavra da linguagem designa algo”, com isso ainda não é dito absolutamente nada; a menos que esclareçamos exatamente qual a diferença que desejamos fazer. (Pode bem ser que queiramos diferenciar as palavras da linguagem de palavras ‘sem significação’, como ocorrem nas novelas de Lewis Carroll, ou de palavras como “la-la-ri-la-la” numa canção.) (WITTGENSTEIN, 1975, p. 18)

Wittgenstein atribuí “sem significação” e não *nonsense* às palavras que ocorrem nas novelas de Carroll. O termo “sem significação” foi empregado para traduzir “*ohne Bedeutung*” e não “*unsinn*” ou “*sinnlos*”, usados respectivamente para traduzir “*nonsense*”²³ e “sem sentido”.

Embora Wittgenstein possa ter usado o termo “sem significação” em vez de “*nonsense*” por referir-se às palavras e não às “proposições” de Carroll²⁴, ele o usa entre aspas, sugerindo que talvez compreenda o *nonsense* carrolliano de um modo especial, como também sugere a seguinte citação (WITTGENSTEIN, 1975, p. 106):

“Mas, em contos de fada, um pote pode também ver e ouvir!” (Certo; mas ele pode também falar.)

“Mas um conto apenas inventa o que não ocorre; não diz nenhum absurdo.” – Isto não é tão simples. É inverdade ou absurdo dizer que um pote fala? Fazemos uma imagem clara das condições nas quais se diria que um pote fala? (Mesmo um poema-absurdo não é um absurdo no mesmo sentido que o balbuciar de uma criança.)

²³ José Carlos Bruni usa “absurdo” (WITTGENSTEIN, 1975) e João José R. L. de Almeida usa “contrassenso” (WITTGENSTEIN, [s./d.]) para traduzir “*unsinn*”.

²⁴ Dado que apenas proposições podem ter valor de verdade e apenas enunciados analisados em um contexto de análise proposicional podem ser classificados como *nonsense*, isto é, destituídos de valor veritativo. Do contrário, todas as palavras analisadas isoladamente são *nonsense*, pois não são proposições e, portanto, são destituídas de valor veritativo.

Sim; dizemos de seres inanimados que eles têm dor: brincando com bonecas, por exemplo. Mas este emprego é secundário. Imaginemos o caso em que se dissesse apenas de seres inanimados que eles têm dor; e que nos compadecêssemos apenas de bonecas!

No fragmento supracitado, Wittgenstein busca esclarecer a distinção entre proposições falsas e *nonsense* – enquanto exemplifica como experimentos mentais podem ser usadas como um método filosófico para evidenciar o *nonsense*. Mas Wittgenstein também expressa que “um poema-nonsense não é um nonsense no mesmo sentido que o balbuciar de uma criança”, novamente parecendo compreender a literatura *nonsense* carrolliana de um modo especial.

Segundo Pitcher (1965, p. 592, tradução nossa), “Carroll exerceu uma profunda influência no [trabalho] tardio de Wittgenstein”:

O nonsense de Wittgenstein e Carroll produzem uma perplexidade extrema: Alice fica constantemente perplexa e confusa com o nonsense que ouve no decorrer de suas aventuras, assim como os filósofos, segundo Wittgenstein, ficam perplexos e confusos com o nonsense que eles mesmos inconscientemente expressam. (PITCHER, 1965, p. 611, tradução nossa)

Mesmo convicto da influência de Carroll no trabalho tardio de Wittgenstein, Pitcher sustenta que suas atitudes em relação ao *nonsense* divergiam extremamente. Segundo Pitcher (1965, p. 611, tradução nossa):

[...], Wittgenstein e Carroll tinham atitudes radicalmente diferentes em relação ao nonsense: ele torturava Wittgenstein e deliciava Carroll. Carroll virou as costas para a realidade a partir do mundo (maravilhoso) do mito e da fantasia. Wittgenstein, sendo um filósofo, empenhou todos os seus esforços para nos arrastar de volta à realidade distinta do mundo (horrrível) do mito e da fantasia. [...] a atitude, certamente, é fundamentalmente diferente.

Pitcher justifica sua posição alegando que “[...] as mesmas confusões com as quais Wittgenstein cobra os filósofos foram empregadas deliberadamente por Carroll para efeito cômico” (PITCHER, 1965, p. 593, tradução nossa), de tal modo que Wittgenstein considera o *nonsense* como “perigosamente apto para enganar o filósofo”, enquanto “Carroll, por outro lado, simplesmente se diverte” (PITCHER, 1965, p. 605, tradução nossa).

Como já analisado (ver subseção 1.3), o *nonsense* carrolliano não serve apenas para a diversão e não pode ser reduzido a um subgênero de humor, pois se trata de uma estrutura narrativa que possibilita a manipulação de noções lógico-teóricas de forma inovadora, constituindo um meio lúdico usado para induzir instrução e popularizar a lógica. Inclusive o clássico *Alice* (CARROLL, 2002) foi criado por Carroll buscando levar um módico de instrução lógica às irmãs Liddell²⁵ enquanto as distraía durante um passeio de barco no qual estavam aos seus cuidados (GARDNER, 2002c, p. 7-9).

Também é errado afirmar que Carroll “virou as costas para a realidade” em suas obras *nonsense*, como afirma Pitcher (1965, p. 611). Carroll não escreveu contos de fada que supõem a realidade de seus universos *nonsense* (ver subseção 1.3), pois a trama *nonsense* é sempre cuidadosamente estruturada sob a moldura de um sonho e objetiva induzir instrução lógica. Embora Carroll utilizasse universos de fantasia para induzir destrezas lógicas aos seus leitores, ele defendia que a utilidade dessas destrezas se aplicava ao mundo real, principalmente à detecção de falácias:

Você acredita que o principal uso da Lógica, na vida real, é o de deduzir conclusões viáveis, e o de convencer-se que as conclusões, deduzidas por outras pessoas, estão corretas? Quisera fosse assim! A sociedade estaria muito menos sujeita ao pânico e a outras ilusões, e a vida política, sobretudo, seria algo totalmente diferente, caso a maioria dos argumentos transmitidos e espalhados pelo mundo fossem corretos! Mas, receio, é exatamente o contrário. Para cada par de premissas viáveis (aquelas que levam a uma conclusão lógica) que você encontra ao ler um jornal ou uma revista, você provavelmente encontrará cinco que não levam a conclusão alguma, e mesmo quando as premissas são viáveis, para cada instância na qual o escritor extrai uma conclusão correta, há provavelmente dez nas quais o escritor extrai uma conclusão incorreta [...]. O uso principal que você fará dessa destreza lógica, [...], será o de detectar ‘Falácias’ [...]. (CARROLL, 1887, p. 32-33)

Ao acordar do sonho *nonsense*, o protagonista das obras de Carroll está pronto para aplicar em vigília as mesmas noções lógicas que moldaram o seu sonho, tal como o leitor que, ao fechar o livro, pode aplicar o módico de instrução lógica que recebeu durante sua leitura à própria realidade e detectar

²⁵ Filhas de Henry Liddell, amigo de Carroll e deão do Christ Church, onde Carroll lecionava. Entre elas estava Alice Pleasance Liddell (1852-1934), que serviu de inspiração para a protagonista homônima.

as falácias que o cercam. Sautter (2015, p. 9) destaca que a detecção de falácias “não é um mero capítulo da lógica carrolliana, mas é o próprio coração dela”.

Segue-se que o *nonsense* carrolliano não vira as costas para a realidade, pois se direciona justamente a ela enquanto instrumento didático para a popularização de destrezas lógicas – tão aplicáveis à realidade que, se popularizadas, podem tornar a sociedade menos sujeita ao pânico e a outras ilusões.

Compreendendo o *nonsense* carrolliano como o resultado das peculiares e inovadoras manipulações de noções lógico-teóricas que Carroll buscou apresentar aos seus leitores, segue-se que devemos compreender o seu uso como análogo ao uso de enunciados *nonsense* que Wittgenstein faz em suas próprias obras:

Não há dificuldade alguma de se levar às últimas consequências o que vem dito no Prefácio do Tractatus, ou na penúltima proposição do livro. Nenhuma proposição do Tractatus faz o menor sentido – nem a primeira, nem a última, [...]. No entanto, são capazes de produzir efeitos e, por pertencerem a um sistema linguístico usado por seres humanos, podem produzir efeitos mais ou menos previsíveis nesses seres. Podem levar esses seres a assumirem determinadas atitudes, fazerem ou deixarem de fazer determinadas coisas, falarem ou deixarem de falar outras tantas.

[...] O Tractatus não pretende ser um discurso verdadeiro, mas pretende, sim, induzir seu leitor a uma perspectiva que o autor do livro pretende que seja a perspectiva correta sobre a linguagem. (CUTER, 2015, p. 36)

Wittgenstein usa o *nonsense* para induzir uma certa perspectiva sobre a linguagem, buscando exorcizar a filosofia do *nonsense* fruto das armadilhas da linguagem. Carroll não propõe uma filosofia com enunciados *nonsense*, apenas usa o *nonsense* com a finalidade pedagógica de comunicar noções lógico-teóricas, explorando as armadilhas da linguagem como brincadeiras que lhe permitem conceber os cenários hipotéticos adequados para testar e explorar consequências lógicas.

Nas palavras de Pitcher (1965, p. 611, tradução nossa): “O mesmo terreno lógico que é um playground para Carroll, é um campo de batalha para Wittgenstein”. Mas, diferente da posição de Pitcher (1965), Carroll e Wittgenstein não tinham atitudes radicalmente diferentes em relação ao *nonsense*,

pois ambos o usaram para produzir efeitos instrutivos em seus leitores – embora o propósito de Carroll fosse a instrução lógica e o de Wittgenstein a instrução sobre uma perspectiva que ele julgava correta sobre a linguagem.

Considerações Finais

Dado o desejo de divulgar e popularizar a lógica nutrido por Carroll, conclui-se que o seu *nonsense* deve ser compreendido como um meio para esse fim. Todos os diálogos *nonsense* de suas obras supõem um Universo do Discurso adequado à sua compreensão, mas o seu *nonsense* não é limitado por uma única noção teórica, nascendo das mais variadas e criativas manipulações de noções lógico-teóricas.

Embora nem todo enunciado *nonsense* carrolliano seja associável à concepção de *nonsense* wittgensteiniana em um sentido restrito, dado que alguns de seus enunciados são apenas falsos e não destituídos de valor veritativo, a maioria é completamente congruente com a noção de Wittgenstein e, especialmente em suas obras literárias, o seu *nonsense* parece fruto justamente da aplicação de um dos métodos que Wittgenstein propõe para identificar o *nonsense*, tal como sugere Silveira (2010).

Além disso, “[...] sondar os limites da linguagem era o empreendimento de ambos, Carroll e Wittgenstein” (WAGNER, 2012, p. 215, tradução nossa), e o *nonsense* presente na obra de ambos emerge como os resultados de tal empreendimento, compartilhando objetivos afins.

Diferente de Pitcher (1965), conclui-se que Carroll e Wittgenstein tinham atitudes análogas em relação ao *nonsense*, a saber, ambos usaram o *nonsense* como um meio para induzir ideias instrutivas nos seus leitores. Carroll usou o *nonsense* para popularizar noções lógicas, enquanto Wittgenstein usou o *nonsense* para apresentar a perspectiva que julgava correta sobre a linguagem.

Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 5 Ed. Tradução original coordenada por Alfredo Bossi; revisada e estendida por Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1210 p.

ABELES, F. F. “Lewis Carroll's visual logic”. *History and Philosophy of Logic*, v. 28, n. 01, p. 1-17, 2007. p. 1-17.

ANGELELLI, I. *Studies on The Gottlob Frege and Traditional Philosophy*. Dordrecht, Holanda: D. Reidel Publishing Company, 1967. p. 12-13.

ARISTÓTELES. “Periérmenias”. In: ARISTÓTELES. *Organon*. Tradução: Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1985. p. 119-173.

ÁVILA, M. *Rima e Solução: a Poesia Nonsense de Lewis Carroll e Edward Lear*. São Paulo: Annablume, 1996. 234 p.

BALAGUER, M. “Platonism in Metaphysics”. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford, California. Spring, 2016. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2016/entries/platonism/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BOOLE, G. *An Investigation of the Laws of Thought: on which are founded: The Mathematical Theories of Logic and Probabilities*. Cambridge: MacMillan and Co., 1854. 425 p.

CARROLL, L. *Through The Looking-Glass: And What Alice Found There*. London: MacMillan and Co., 1872. p. 21-22.

CARROLL, L. *The Game of Logic*. London: MacMillan and Co., 1886. 124 p.

CARROLL, L. *The Game of Logic*. 2. ed. London: MacMillan and Co., 1887. Tradução para o português em elaboração: CARROLL, L. *O jogo da lógica*. Tradução: Frank Thomas Sautter. London: College Publications.

CARROLL, L. “What the Tortoise Said to Achilles”. *Mind*, v. 14, Abril, 1895. p. 278-280.

CARROLL, L. *Symbolic Logic: Lewis Carroll's*. 6. ed. Rev., ampl. e atual. New York: Clarkson Potter, 1986. 514 p.

CARROLL, L. *Alice: Edição comentada*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. 303 p.

CARROLL, L. *The Complete Stories and Poems of Lewis Carroll*. New Larnark: Geddes & Grosset, 2005. p. 148.

CARROLL, L. *The Pamphlets of Lewis Carroll*. Vol. 4. Compilado por Francine F. Abeles. New York: University Press of Virginia, 2010. 271 p.

CARROLL, L. *Jaguadarte*. Tradução: Augusto de Campos. São Paulo: Editora Nhambiquara, 2014. 56 p.

COHEN, M. N. *Lewis Carroll: Uma biografia*. Tradução: Raffaella de Filipis. Rio de Janeiro: Record, 1998. 669 p.

CUTER, J. V. G. “Como entender um contrassenso e reconhecer sua correção”. *Dissertatio*. Volume Suplementar. Dossiê Wittgenstein. Junho, 2015. p. 31-43.

DELEUZE, G. *Lógica do Sentido*. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974. 342 p.

DODGSON, C. L. *Doublets: A Word-Puzzle, by Lewis Carroll*. 2 Ed. London: MacMillan, 1880.

FREGE, G. *Begriffsschrift: eine der arithmetischen nachgebildete Formelsprache des reinen Denkens*. Halle, Alemanha: Louis Nebert, 1879. 89 p.

FREGE, G. “Sobre o Sentido e a Referência”. In: FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. 2 Ed. Tradução: Paulo Alcoforado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 129-158.

GARDNER, M. “Introdução à 1ª Edição”. In: CARROLL, L. *Alice: Edição comentada*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002a. p. vii-xxi.

GARDNER, M. “Introdução à 2ª Edição”. In: CARROLL, L. *Alice: Edição comentada*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002b. p. xvii-xxi.

GARDNER, M. “Notas”. In: CARROLL, L. *Alice: Edição comentada*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002c. p. 7-302.

GARNICA, A. V. M. “Euclides, aliado de Alice, e seus rivais oitocentistas”. In: CARROLL, L. *Euclides e seus rivais modernos*. Tradução: Rafael Montoito. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. p. 9-21.

HUSSERL, E. *Logische Untersuchungen*. Leipzig: Verlag Von Veit & Comp., 1900. 257 p.

KENNY, A. *História Concisa da Filosofia Ocidental*. Tradução: Desidério Murcho, Fernando Martinho, Maria José Figueiredo, Pedro Santos e Rui Cabral. Lisboa: Temas e Debates — Atividades Editoriais, 1999. p. 438.

KEYNES, J. N. *Studies and Exercises in Formal Logic*. 4. Ed. London: Macmillan and Co., 1906. 548 p.

LEAR, E. *A Book of Nonsense*. London: Thomas McLean, 1846. 112 p.

LINDEMANN, J. L. *A Lógica de Lewis Carroll*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de pós-graduação em Filosofia. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. 121 p.

LINDEMANN, J. L. “Árvores de Carroll-Smullyan”. Artigo submetido: *Dissertatio*, 2020. 26 p.

LOUX, M. J. *Metaphysics: A Contemporary Introduction*. London and New York: Routledge, 1998.

MALCOLM, N. *The origins of English nonsense*. London: Harper Collins, 1997. p. 14.

MILLER, D. “Word Games for Formal Logic”. In: *FIRST INTERNATIONAL CONGRESS ON TOOLS FOR TEACHING LOGIC*. Salamanca: ARACNE, 2000. p. 1-4. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.127.5330&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MILL, J. S. “Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva: Exposição dos Princípios da Prova e dos Métodos de Investigação Científica (Seleção)”. In: MILL, J. S. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos*. 3 Ed. Tradução: João Marcos Coelho e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 79-255. (Os pensadores)

MONTOITO, R. *Lógica e Nonsense nas Obras de Lewis Carroll: Silogismos e Tontogismos como Exercícios para o Pensamento*. Pelotas: IFSul, 2019. 142 p.

MONTOITO, R. *Uma Visita ao Universo Matemático de Lewis Carroll e o (Re)encontro com sua Lógica do Nonsense*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. 185 f.

MORTARI, C. A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 393 p.

PITCHER, G. “Wittgenstein, Nonsense, and Lewis Carroll”. *The Massachusetts Review*, v. 6, n. 3. 1965. p. 591-611.

PORFÍRIO. *Isagoge: Introdução às Categorias de Aristóteles*. Tradução: Bento Silva Santos. São Paulo: Attar, 2002. 95 p.

QUINE, W. O. *O Sentido da Nova Lógica*. 2 Ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p. 15.

REICHERT, K. *Lewis Carroll: Studies zum literarischen Unsin*. Munique: Carl Hanser, 1974.

RUSSELL, B. *The Collected Papers of Bertrand Russell: Vol. 10*. Editado por John G. Slater. Londres: Routledge, 1996. p. 524.

SAUTTER, F. “As Teorias Carrollianas das Falácias”. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, v. 1, n.1, jan./jun, 2015, p. 7-32.

SHAWYER, E. “Mrs. Shawyer’s reminiscences”. In : CARROLL, L. *Diaries*. GREEN, Roger Lancelyn (Editor). London: Cassell & Company LTD, 1953.

SILVEIRA, P. H. F. “A lógica do nonsense em Carroll e Wittgenstein”. *Revista Filosofia, Ciência e Vida*, Ed. 49. Editora Escala, 2010.

SMITH, D; PROTEVI, J. “Gilles Deleuze”. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford, California. Spring, 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/deleuze/>. Acesso em: 07 mar. 2020.

THE JOY OF LOGIC. Direção de Catherine Gale. 59 min. Londres: BBC Four, 2013. Documentário (59 min), son., col. Disponível em: [http://www.dailymotion.com /video/x1a6ogd_the-joy-of-logic_tech](http://www.dailymotion.com/video/x1a6ogd_the-joy-of-logic_tech). Acesso em: 25 jan. 2020.

TOLKIEN, J. R. R. *Árvore e Folha*. 2 Ed. Tradução: Ronald Eduard Kyrmse. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. 106 p.

VALENCIA, V. S. “The Algebra of Logic”. In: GABBAY, D. M.; WOODS, J. (Org.). *Handbook of The History of Logic: The Rise of Modern Logic from Leibniz to Frege*. Amsterdam: Elsevier B.V., 2004. p. 389-544.

WAGNER, D. “The uses of nonsense: Ludwig Wittgenstein reads Lewis Carroll”. *Wittgenstein-Studien*, v. 3. 2012. p. 205-216.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Abril S.A., 1975. 226 p. (Os pensadores)

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. 3 Ed. Tradução: Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 296 p.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas/Philosophische Untersuchungen: Edição Bilingue Alemão/Português*. Apresentação, tradução e notas de João José R. L. de Almeida. Campinas: Editora UNICAMP, [s./d.]. No prelo. 399 p. Disponível em: <http://www.psicanalisefilosofia.com.br/textos/InvestigacoesFilosoficas-Original.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.